

pensamento, já que, em privado, assumia abertamente a sua preferência. Paradoxalmente porque, sendo Theillard de Chardin católico, a verdade é que a igreja o considerava demasiado heterodoxo, sendo acusado, pelos círculos mais conservadores, de aceitar a maior parte do darwinismo como verdadeira, o que terá motivado a proibição da igreja, contra Theillard de Chardin, em ensinar. Ora, McLuhan, para além de ser católico praticante e de levar muito a sério esta opção, ensinava em instituições católicas, o que limitava, neste caso, a sua liberdade.

A influência, no texto macluiano, de Theillard de Chardin é visível, a propósito, por exemplo, do conceito de aldeia global, consequência da actividade dos media electrónicos. A aldeia global é uma espécie de secularização do conceito de nooesfera de Theillard de Chardin. A noção pretende descrever, numa primeira aceção, a compactação do tempo e do espaço, por acção dos media, e a consequente transformação dos dois elementos axiais da experiência humana – o tempo e o espaço – reforçando a ideia da comunicação como um factor de ligação entre os seres humanos. Num segundo plano, este princípio claramente religioso liga-se com a possibilidade de transformação da natureza humana, natureza que seria agora afectada pela unificação das consciências humanas, possibilitada pelas tecnologias da comunicação. A nooesfera de Theillard de Chardin aparece, assim, como a encarnação do conceito cristão de corpo místico, pelo qual todos os seres humanos fariam parte do corpo de Cristo.

Para além destes textos de McLuhan, outras obras, mais ou menos de divulgação, foram dadas à estampa, superando, há muito, as primeiras edições, o que demonstra o interesse do público brasileiro pelas análises de McLuhan. Entre estas obras, destaco a tradução de *McLuhan* de Sir Jonathan Miller – e publicado em Londres no ano de 1970, e que surge no Brasil, três anos depois, pela iniciativa da Cultrix, com o título *As Ideias de McLuhan – e Revolução na Comunicação*, editado pela Zahar, indo já, em 1980, na 4ª edição, do antropólogo Edmund Carpenter, da Universidade de Toronto, que partilha a autoria do texto com o seu amigo e colega McLuhan.

O livro *McLuhan por McLuhan: Entrevistas e Conferências Inéditas do Profeta da Globalização* constitui mais um excelente

contributo para a divulgação do pensamento de Marshall McLuhan em língua portuguesa, apresentando 19 textos do próprio McLuhan, cujos temas vão desde a cultura de massa, passando pela cibernética e a televisão, até às questões relacionadas com a cultura, a violência e a identidade. A colectânea é organizada pela mulher do autor, Stephanie McLuhan, e por David Steines, que escreve também o posfácio. Steines é um historiador da literatura que foi, primeiramente, aluno de McLuhan do curso de literatura moderna da faculdade de Saint Michael da Universidade de Toronto e, mais tarde, seu colega (Steines leccionou literatura em Harvard) e amigo da família, a quem Stephanie reconhece a iniciativa da ideia. O texto de Steines é curto, mas interessante, porque também dá a ver o lado mais pessoal e humano de McLuhan, de que o seguinte episódio é particularmente expressivo (p.358): ‘Nossos caminhos – conta Steines – só viriam a se cruzar em 1974, quando almoçamos juntos em Toronto (sempre às 12,45) e eu o convidei para dar uma conferência pública em Harvard, no curso de literatura canadense que eu pretendia introduzir no ano seguinte. “Porque eu iria a Harvard?” perguntou, regalando-me com razões pelas quais Harvard não o impressionava. “Por que eu iria a Harvard?”, perguntou de novo. Eu, na ausência de qualquer resposta lógica possível, respondi: “Por minha causa”. Para minha surpresa, McLuhan respondeu: “Está bem”’.

J.C. Vasconcelos

Instituto Superior Miguel Torga

Frédéric Ramel. 2006. *Les Fondateurs Oubliés : Durkheim, Simmel, Weber et Mauss et les Relations Internationales*. Paris: Presses Universitaires de France. 117 pp. ISBN: 2 13 055075 4.

Neste livro, Frédéric Ramel tenta extrair, de entre a vasta obra dos quatro grandes clássicos da sociologia, pedaços de uma história da sociologia das relações internacionais. Nenhum dos autores considerados dedicou uma obra maior a este tema, pelo que Ramel vai ter que partir de obscuros opúsculos, pequenas partes de livros, lições e artigos dispersos para reconstruir o pensamento de

cada um deles sobre a nação, a natureza das relações entre os estados, a política internacional, a guerra e a paz.

A sociologia das relações internacionais evoluiu a partir de bases que ignoram os fundadores da disciplina, e é esta lacuna na sua génese que o autor pretende corrigir, para isso mostrando, em primeiro lugar, que Émile Durkheim, Georg Simmel, Max Weber e Marcel Mauss reconheceram as relações internacionais enquanto objecto analítico e, em segundo, que não o fizeram, como lhes tem sido criticamente apontado, com uma leitura utilitarista (ligada à ideia de pacificação internacional através do comércio, que acompanharia a expansão do capitalismo). Um dos principais fios condutores da análise de Ramel vai ser o de procurar as ‘coerências sociológicas’ que animam a análise que aqueles autores fazem das relações internacionais, e observará que todos eles abordaram os fenómenos internacionais segundo os mesmos conceitos e princípios que dedicaram ao estudo dos fenómenos interiores às sociedades e, por isso, se os reconhecemos como os principais fundadores de uma disciplina que, justamente, se caracteriza por ultrapassar a perspectiva utilitarista da teoria económica, aquela crítica não faz sentido. Essas coerências sociológicas apontam, ainda, nos quatro autores estudados, para a recusa da perspectiva hobbesiana que supõe uma distinção irredutível entre os fenómenos internos às sociedades (a operarem no sentido da pacificação) e os que lhe são externos (onde a guerra é uma possibilidade sempre presente) – distinção que, pelo contrário, será progressivamente reconhecida na disciplina de relações internacionais, em especial na sua vertente realista.

Émile Durkheim aborda as questões das relações internacionais a partir dos conceitos fundamentais da sua sociologia, especialmente o conceito de consciência colectiva, a distinção entre normal e patológico e, sobretudo, a análise funcional do fenómeno político sob o prisma da integração e da ordem social.

Num opúsculo sobre a I Guerra Mundial, Durkheim destaca a contradição entre, por um lado, representações mentais colectivas alemãs organizadas em torno de uma desmedida e patológica vontade de poder e, por outro, a natureza do meio internacional, cuja normalidade, defende, constringe os estados à moderação e à formação de uma unidade

moral. Para Durkheim, a guerra não constitui, nem por razões morais nem funcionais, um mecanismo válido de regulação.

Durkheim faz fé de uma judicialização crescente do meio internacional como garantia para a paz. Contudo, não reconhece a existência de uma sociedade internacional: ainda que os indivíduos cultivem, cada vez mais, sentimentos alargados à humanidade no seu conjunto, esta ‘não é um organismo social que tenha a sua própria consciência, a sua individualidade, a sua organização’ (Durkheim *cit.* p. 27). A humanidade não possui, por si mesma, um centro de poder que possa impôr a ordem. Só o estado nacional consegue assegurar o desenvolvimento moral que pode pacificar o meio internacional, alimentando e orientando o patriotismo na ciência, na arte e na indústria, e contratualizando as suas relações com os outros estados.

O pensamento de Durkheim, em suma, defende a irredutibilidade do estado-nação – tal como também o fazem Simmel e Weber – mas convida ao equilíbrio entre estado e humanidade, patriotismo e cosmopolitismo, como nota Ramel, e pauta-se por uma preocupação pela paz. Esta preocupação será mais vigorosa ainda em Mauss – seu sobrinho e também de nacionalidade francesa – e contrasta com a linha filosófica que valoriza o conflito, com um acento algo trágico, fortemente presente em Simmel e Weber, ambos alemães.

Na apresentação do pensamento de Georg Simmel sobre relações internacionais, Ramel destaca a sua concepção de conflito. Toda a sociologia de Simmel é atravessada por uma reflexão sobre a ambivalência da vida, a qual, considera, se constitui a partir de uma sucessão perpétua de movimentos contraditórios. Para assumir uma forma, qualquer sociedade necessita ‘de uma certa quantidade de harmonia e de dissolução, de associação e de competição, de simpatia e de antipatia’ (Simmel, *cit.* p. 44). A análise do conflito não deve, então, reduzir-se a uma análise da violência. Aliás, e desde que não vise a destruição pura e simples do outro, o conflito tem mesmo uma função integradora e socializadora, defende Simmel. A definição de um inimigo comum pode levar a ultrapassar diferenças internas e a unificar elementos heterogéneos – o conflito define, limita e integra o grupo. É nesta linha que analisa a situação da Alemanha na I Guerra Mundial,

tema em que, tal como acontece com os restantes autores estudados neste livro, se lhe pode notar um certo enviezamento patriótico. Como nota Ramel, para Simmel, os conflitos em que a Alemanha se envolve relevam sobretudo da 'procura de uma forma estatal adequada', já que é a guerra que 'enraíza o indivíduo na totalidade da nação alemã', ao 'criar uma forma de carácter que permanece fugidia' (p. 46). Quanto às origens da guerra, reporta-a a 'uma inquietude sentida por outras nações face às possibilidades alemãs de ser' (p. 47).

Outro aspecto analisado por Ramel na obra de Simmel diz respeito à sua reflexão sociológica sobre as relações entre o alargamento do grupo e a individualização, entre a cultura e a economia monetarizada, no contexto da modernidade, e como as articula com a questão da guerra. O crescimento e a internacionalização da economia de mercado favorecem a individualização e as interdependências entre as nações, mas têm, também, efeitos perversos sobre as culturas, quando estas, permeadas pelo dinheiro e por um hedonismo generalizado, perdem a capacidade de conferir sentido e de galvanizar as possibilidades humanas. Neste cenário, 'a guerra, que marca a erupção da crise, poderá ela ser o início da convalescença?', interroga-se Simmel (*cit.* p. 50). A sua resposta é a de que a guerra desvaloriza o dinheiro enquanto finalidade da vida, substituindo-o pela sobrevivência, o que promove a coragem, a perseverança e a habilidade humanas. Como nota Ramel, a figura do soldado torna-se, para Simmel, um símbolo redentor (p. 50).

Max Weber aborda o conflito, explicitamente, como luta. Entre os estados, tal como no interior das sociedades, a luta e a selecção são eternas e inevitáveis, defende Weber, o que o leva a criticar o pacifismo: 'uma ordem pacifista, respeitada o mais rigorosamente possível, não faria mais do que regulamentar os meios, os objectivos e as direcções da luta, no sentido em que ela apenas eliminaria alguns de entre eles' (Weber *cit.* p. 69). Esta crítica não o impede, porém, de, por alturas da I Guerra Mundial, demonstrar admiração por artistas e intelectuais da causa pacifista: mas é uma admiração no plano das personalidades, ao observar que agem a partir de uma ética da convicção. Ora, pelo contrário, considera que a virtude da acção política reside na ética da responsabilidade: a acção política deve pautar-se pela razão de

estado, i.e., por um racionalismo objectivo, não moral, consciente dos limites impostos pela realidade e cujo objectivo último é favorecer o poderio económico e político do estado nacional.

Weber é também céptico face ao direito internacional público, o qual, afirma, 'não poderá senão conduzir a uma limitação da soberania, através de uma burocratização e uniformização crescentes da vida humana', realçando, ainda, que se traduziria numa 'imposição de um sistema de valores particulares que nada garante que seria realmente aceite por todos' (Weber *cit.* p. 78). Neste ponto, uma avaliação inteiramente contrastante é a que fazem Durkheim, como já vimos, e também Mauss.

Para Marcel Mauss, estudar esse 'meio dos meios' (*'milieu des milieux'*), formado pelos fenómenos internacionais, constitui uma necessidade sociológica. Considera que a limitação das soberanias nacionais, que resulta da intensificação das interdependências entre as nações e do alargamento das pertenças humanas, ainda que não deixe de causar, por vezes, crispações e rupturas, é um facto muito importante e positivo já que, é convicção sua, constitui uma garantia para a paz, sendo, por isso, e ao contrário dos outros autores analisados, adepto de um federalismo respeitador das identidades de cada estrutura nacional.

Mauss é, então, um apoiante incondicional do Pacto da Sociedade das Nações, designadamente do 'carácter permanente, absoluto e incondicional do princípio de arbitragem que ele proclama' (Mauss *cit.* p. 88). Todavia, nesta questão, Ramel nota uma subtil, mas importante contradição no seu pensamento. No plano epistemológico, Mauss reconhece que é redutor e, até, inviável, a simples transposição de instituições políticas entre sociedades diferentes: 'A nossa ideia – europeia – de que não pode existir na nossa sociedade senão um só regime político, uma só organização do poder, não é aplicável senão às nossas sociedades, e ainda mais às suas teorias do que à sua prática; ela é ainda mais falsa em todas as sociedades que nos rodeiam, nas colónias', escreve Mauss em 1934 (*cit.* p. 106). Contudo, o Pacto da Sociedade das Nações consagra, justamente, o princípio das nacionalidades, segundo o entendimento americano de uma divisão do mundo em estados territorialmente consistentes e habitados, cada um, por uma população étnica e linguística-

mente homogénea. Como é hoje em dia por demais sabido, este modelo pode causar situações altamente conflituosas em determinadas configurações sociais, culturais e/ou geográficas, problema que Mauss parecia poder antever, não fora a contradição entre uma cognição e um sonho.

Em relação aos autores estudados, conclui Ramel que 'a leitura retrospectiva dos seus escritos é rica de ensinamentos, tanto no modo de colocar os problemas e de os resolver à sua época [...] como na possibilidade de inserir as suas reflexões no seio do debate epistemológico contemporâneo' (p. 110). Note-se, porém, que este livro se cinge, sobretudo, ao primeiro desses pontos, deixando-nos a apropriação crítica dos clássicos da sociologia, para as questões contemporâneas das relações internacionais, como um desafio.

Maria João Barata

Instituto Superior Miguel Torga

Ulrich Schiefer, Lucinda Bal-Dobel, António Batista, Reinald Dobel, João Nogueira e Paulo Teixeira. 2006. *Mapa: Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Lisboa: Editora Príncipia. 231 pp. ISBN: 972-8818-58-0

Quando uma colega me recomendou o presente livro, aconselhando vivamente a sua leitura, fiquei um pouco céptica, porque imaginei que se tratava de mais um manual de 'como fazer projectos de intervenção social com sucesso', semelhante a muitos livros que tendem a desenvolver receituários e que, de acordo com os respectivos autores, se adequam, supostamente, a qualquer tipo de contexto social.

O facto é que adquirir o livro e a leitura da primeira linha do prefácio aguçou logo a minha curiosidade, referindo que 'uma boa teoria científica deve reflectir os seus próprios limites, as más, na generalidade, reclamam para si uma validade universal'. Não estava, então, no mundo de verdades e técnicas uniformizadas. Pelo contrário, os autores reclamam para si o domínio da dúvida ou a necessidade de caminhar, passo a passo, com a população, no terreno rico, mas sempre mutável da intervenção social onde a complexi-

dade é uma das suas mais fecundas características.

Os autores continuam, apresentando no primeiro capítulo, o MAPA, sigla para 'Método Aplicado de Planeamento e Avaliação'. O MAPA é descrito como uma metodologia operacional integrada e participativa de planeamento e avaliação, que consiste, fundamentalmente, num método destinado a articular, de forma integrada, o diagnóstico, o planeamento, a monitorização e a avaliação de projectos, recorrendo, principalmente, a técnicas participativas.

Em termos conceptuais, o MAPA não é inovador. Isabel Guerra, no seu livro, publicado em 2000, *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção*, apresenta um conjunto de instrumentos, metodologias e uma lógica de planeamento, acompanhamento e avaliação de projectos de intervenção social que se fundamenta nos pressupostos da participação social e do trabalho em parceria. No entanto, o MAPA apresenta, na minha opinião, dois aspectos relevantes.

O primeiro aspecto relaciona-se com a utilização construtiva das experiências anteriores em vários países da União Europeia, tendo sido aplicado quer em instituições governamentais, quer na sociedade civil. Os autores referem que o MAPA surge como resposta às especificidades dos processos de planeamento e avaliação nas *low trust societies* (termo utilizado pelos autores) e dos problemas detectados na intervenção para o desenvolvimento nesses contextos. Neste sentido, o MAPA apresenta e descreve alguns dos instrumentos-padrão fundamentais para esses processos, nomeadamente, as matrizes de enquadramento lógico, os planos operacionais, as matrizes SWOT, as matrizes de avaliação de impacto, entre outros.

O segundo aspecto que considero particularmente relevante refere-se à preocupação dos autores em reflectirem e apresentarem propostas relativas à sustentabilidade dos projectos de intervenção social, após o término do seu financiamento externo. Este aspecto é sobejamente importante ao atentarmos no conjunto de iniciativas inovadoras em Portugal, que, num determinado período de tempo (entre três a seis anos), respondem, de forma adequada, às necessidades dos contextos sociais, culturais e económicos onde se desenvolvem, mas que, rapidamente, se extinguem ou permanecem de forma institucionalizada e descoincidente com